

EDUCAÇÃO INFANTIL, GÊNERO E COLONIALIDADE: discursos e produção das identidades sociais

Bruna Victória Castelo Branco Silva (UFPI),
bruna.victoria@ufpi.edu.br

RESUMO

Este artigo analisa como a colonialidade estrutura e atualiza os discursos de gênero que atravessam a Educação Infantil no contexto brasileiro, compreendendo a infância como espaço central na produção das identidades sociais. Parte-se da compreensão de que tais discursos são historicamente constituídos e articulam relações de poder, saber e normatividade, operando na naturalização de padrões binários, hierarquizados e excludentes desde os primeiros anos de vida. O estudo tem como objetivo examinar as intersecções entre colonialidade e discursos de gênero e seus efeitos sobre as práticas educacionais e os processos de socialização na Educação Infantil. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa de caráter teórico-crítico, fundamentada em pesquisa bibliográfica e na análise sociológica do conceito de gênero em articulação com a formação social brasileira. Ao situar a Educação Infantil nas dinâmicas sociais mais amplas, o artigo contribui para o debate da Sociologia da Educação ao evidenciar a persistência de desigualdades de gênero, raça e classe no cotidiano escolar e ao destacar a relevância de perspectivas decoloniais para a problematização e transformação dessas estruturas desde a infância.

Palavras-chave: Gênero. Discurso. Decolonialidade. Educação Infantil. Identidades sociais.

1 INTRODUÇÃO

A socialização de gênero na educação infantil brasileira é um tema complexo, especialmente quando constatamos que a construção de gênero desde a infância está atravessada por inúmeros padrões cristalizados socialmente que são constantemente naturalizados, tais padrões trazem as marcas da colonialidade de gênero.

As concepções de gênero que orientam a vida social não surgem de forma neutra ou natural. Elas são construídas historicamente e organizam as relações a partir de classificações que distinguem, separam e hierarquizam os sujeitos. A divisão entre masculino e feminino, a centralidade do corpo biológico como critério de identificação e a valorização de modelos heterossexuais e patriarcais operam como referências normativas amplamente difundidas, que passam a orientar comportamentos, expectativas e formas de reconhecimento social.

Quando essas referências são tratadas como evidências naturais, acabam por ocultar seu caráter histórico e socialmente produzido. A associação direta entre corpo e identidade

tende a simplificar experiências que, na realidade, são diversas e atravessadas por diferentes condições sociais. Compreender o gênero como uma construção relacional permite reconhecer que ele é produzido nas interações cotidianas, nos discursos e nas práticas institucionais, funcionando como um mecanismo de regulação que define possibilidades e limites para os sujeitos. Esse deslocamento do olhar contribui para tornar visíveis as desigualdades que se reproduzem desde a infância e para abrir espaço a leituras mais sensíveis e críticas sobre os processos de socialização.

No âmbito da educação, uma abordagem que leve em conta a colonialidade de gênero pode questionar a criação de estereótipos sexistas, machistas e cisheteronormativos que impactam a formação de identidade de crianças e adultos em geral. Desde pequenas, as crianças recebem muitas mensagens sobre como meninos e meninas devem se comportar, todas baseadas em ideias anteriores sobre o que é ser homem ou mulher. Essas ideias têm raízes na colonialidade, são discursos despercebidos no cotidiano comum. No entanto, se olharmos a partir de um olhar crítico, veremos como essas ideias estão presentes nas famílias e nas mais diversas relações sociais.

Para tanto, esta pesquisa tem como objetivo central investigar as articulações entre a colonialidade e os discursos de gênero na construção das identidades no contexto da educação infantil brasileira. Neste movimento inicial de desenvolvimento bibliográfico, propõe-se analisar o conceito de gênero a partir de uma perspectiva decolonial, compreendendo suas imbricações com a formação social brasileira. Metodologicamente, o estudo orienta-se pela abordagem qualitativa, sustentada e aprofundada por um levantamento bibliográfico amplo e criterioso.

É importante esclarecer que este estudo faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento na área de sociologia, e justifica-se pela necessidade de problematizar os discursos de gênero na educação infantil brasileira, considerando as heranças coloniais que perpetuam desigualdades e limitações na formação social de crianças desde seus primeiros anos de vida. Ao compreendermos as raízes históricas dessas práticas, podemos desenvolver estratégias mais incluíntes para construir uma educação infantil que dialogue com a diversidade de identidades de gênero e estimule o pleno desenvolvimento de todas as crianças.

A Educação Infantil ocupa um lugar estratégico nos processos de socialização que estruturam a vida social, uma vez que é nesse período que se consolidam disposições,

classificações e expectativas socialmente legitimadas. Entre essas disposições, os sentidos atribuídos ao gênero operam como princípios organizadores das relações sociais, orientando práticas, discursos e formas de reconhecimento. No contexto brasileiro, tais processos não podem ser compreendidos de maneira dissociada das heranças históricas da colonialidade, que continuam a produzir efeitos materiais e simbólicos na organização das identidades e das hierarquias sociais.

A colonialidade de gênero, enquanto categoria analítica, possibilita compreender como determinadas concepções de corpo, sexualidade e diferença foram instituídas como universais a partir de um projeto moderno-colonial. Esses elementos, longe de se restringirem ao passado colonial, permanecem ativos na produção de normas e expectativas que atravessam os processos educativos contemporâneos, especialmente na Educação Infantil.

A crítica às formas de naturalização do gênero tem evidenciado os limites das leituras essencialistas que estabelecem uma relação direta entre sexo anatômico e identidade de gênero. Essa vinculação tende a simplificar a complexidade das experiências sociais, apagando as múltiplas performatividades de gênero atravessadas por marcadores como raça, geração, corpo e sexualidade. Ao deslocar o gênero de uma suposta base biológica para o campo das construções sociais e históricas, torna-se possível compreendê-lo como uma categoria produzida e reiterada por discursos e práticas que operam relações de poder, hierarquização e exclusão.

No cotidiano das instituições de Educação Infantil, esses discursos manifestam-se de maneira difusa e reiterada, orientando práticas pedagógicas, formas de interação e expectativas comportamentais. As crianças são continuamente interpeladas por normas que definem modos legítimos de ser, sentir e agir, reforçando padrões cisheteronormativos e hierarquizados. Essas normatizações, frequentemente percebidas como neutras ou naturais, constituem dispositivos de socialização que reproduzem desigualdades estruturais, ao mesmo tempo em que silenciam outras possibilidades de existência e expressão de gênero.

Diante desse quadro, este estudo tem como objetivo analisar de que modo a colonialidade estrutura e atualiza os discursos de gênero que atravessam a Educação Infantil brasileira, incidindo sobre os processos de construção das identidades sociais desde a infância. Busca-se, especificamente, examinar o conceito de gênero a partir de uma abordagem

decolonial, articulando-o à formação social brasileira e às dinâmicas históricas que sustentam desigualdades de gênero, raça e classe no campo educacional.

O estudo desenvolve-se a partir de uma abordagem qualitativa de caráter teórico-crítico, baseada na análise sistemática da produção acadêmica sobre gênero, colonialidade e Educação Infantil. Ao articular diferentes aportes teóricos, a pesquisa constrói um quadro analítico que permite compreender como os discursos de gênero são historicamente produzidos, atualizados e naturalizados no cotidiano educacional, operando como dispositivos de regulação das identidades desde a infância.

Ao situar a Educação Infantil como um espaço estratégico de socialização, o trabalho contribui para o campo da Sociologia da Educação ao evidenciar os efeitos persistentes da colonialidade na organização das práticas pedagógicas e nas relações sociais estabelecidas no ambiente escolar. A análise proposta permite desnaturalizar normas de gênero amplamente difundidas, tornando visíveis suas implicações na reprodução de desigualdades de gênero, raça e classe. Dessa forma, o estudo oferece subsídios teóricos para a construção de olhares críticos sobre a infância e para o fortalecimento de perspectivas educativas comprometidas com a pluralidade, a equidade e a transformação das estruturas sociais desde os primeiros anos de vida.

2 GÊNERO E COLONIALIDADE NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Para entender o conceito de gênero, é importante explorar seu significado, mas também é fundamental considerar que as palavras são moldadas pela história e pelo contexto social. Isso significa que sua origem e uso estão conectados ao contexto, o que pode influenciar sua compreensão e relevância de acordo com as variações sociais, culturais e regionais.

Considerando isso, podemos iniciar a discussão pelo conceito de gênero a partir das contribuições de Joan Scott (1990), importante historiadora e ativista feminista estadunidense, que o analisa como uma categoria de investigação histórica. Scott contextualiza o surgimento do termo "gênero" dentro do movimento feminista, destacando seu uso crescente entre as feministas na tentativa de entender a estrutura social das relações entre os sexos. Para a

autora, o conceito de gênero emerge como uma construção cultural e social, rompendo com as noções essencialmente determinadas que tradicionalmente delineiam os papéis sexuais entre o que é tido como "masculino" e "feminino" (Scott, 1990).

É importante acrescentar que a história não é linear, cada vez mais estudos recentes sobre gênero estão nos ajudando a entender melhor como essas relações são complexas e mudam ao longo do tempo e a partir de diferentes lugares. Para compreender gênero a partir do contexto social brasileiro é fundamental estudá-lo através de perspectiva decolonial, reconhecendo como o período colonial afetou o Brasil, causando danos e subjugação às pessoas e culturas deste território. Sem entender isso, não podemos realmente entender como as questões de gênero se desenvolveram no país.

Antes de explorarmos os estudos decoloniais sobre gênero, é essencial fazer a distinção entre os conceitos de colonialismo e colonialidade. O colonialismo refere-se à invasão de um grupo que impõe sua identidade, cultura e conhecimentos sobre o território de outro povo, o qual possui suas próprias características culturais. Este processo é inerentemente violento e agressivo, resultando em controle forçado por meio de poder político ou militar, com o objetivo de explorar riquezas e força de trabalho para atender aos interesses do colonizador.

O conceito de "colonialidade" foi introduzido por Aníbal Quijano no final da década de 1980 e início de 1990, e refere-se a um padrão de poder persistente que opera através da naturalização de hierarquias territoriais, raciais, culturais e epistêmicas. Ao contrário do colonialismo, que é um sistema histórico, a colonialidade se manifesta como uma estrutura de poder contínua que perpetua relações de dominação nas esferas social, econômica, política e cultural. Ou como explica Ballestrin (2013), a colonialidade representa a persistência das ideias e práticas coloniais, o que significa que mesmo com a superação do sistema colonial, a colonialidade permanece evidente em diversas formas e, especialmente, nos discursos que são repetidos diariamente em nossa sociedade.

Analisando a colonialidade em países latino-americanos, como o Brasil, observa-se que a estratégia colonial europeia visava não apenas o domínio físico, mas também a imposição de uma noção de "progresso" que funcionava como uma forma de controle. Para Quijano (2005), a criação de categorias para classificar pessoas e suas identidades foi uma

tática para estabelecer e justificar desigualdades que ainda reverberam em discursos discriminatórios presentes ainda hoje em nossas relações cotidianas.

Quijano (2000) identifica a classificação racial como central para o poder nas Américas, refletindo uma visão colonial que coloca a Europa como o centro do conhecimento e da cultura. Essa construção mental, que promove a "inferiorização" de certos grupos, é uma ferramenta de controle que reforça a dominação colonial. Para o filósofo colombiano Santiago Castro-Gómez (2005), as noções de raça e cultura funcionam como ferramentas classificatórias que estabelecem identidades contrastantes, legitimando assim o domínio disciplinar do colonizador sobre o colonizado. Tanto Quijano quanto Castro-Gómez descrevem um cenário em que o colonizador é associado a qualidades de bondade e racionalidade, enquanto o colonizado é estigmatizado por características de maldade e barbárie.

Nesta perspectiva, Lugones (2014) nos permite visualizar as profundas raízes da desigualdade e injustiça social produzidas pelo sistema colonial nas américas, destacando gênero como categoria histórica criada para inferiorizar e controlar populações colonizadas. A autora relaciona gênero, raça e classe como eixos interseccionais frutos do sistema colonial. Explica que o processo de colonização nas Américas visava a dominação dos povos colonizados, e seu principal instrumento para alcançar essa dominação foi a classificação dos grupos dominados. Lugones explica que a colonização da América Latina começou com uma distinção dicotômica e hierárquica entre o que foi denominado por humano e não humano.

Essas denominações foram impostas sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental. As categorias construídas são dicotômicas e hierárquicas, como brancos e negros, homem e mulher, inferior e superior, machos e fêmeas. Desta forma, a figura do homem branco, cristão e europeu, em posição de superioridade, também foi contruída no imaginário social, prevalecendo ainda hoje através da colonialidade. Para Lugones:

[...] essa dicotomia hierárquica como uma marca do humano também tornou-se uma ferramenta normativa para condenar os/as colonizados/as. As condutas dos/as colonizados/as e suas personalidades/almas eram julgadas como A dicotomia hierárquica como uma marca do humano também tornou-se uma ferramenta normativa para condenar os/as colonizados/as (Lugones, 2014, p. 937).

Nesse contexto, é fundamental adotar uma perspectiva interseccional que considere as interações entre gênero, raça e classe a fim de compreender a realidade brasileira a partir das raízes coloniais presentes em sua história.

Quando falamos em interseccionalidade entre gênero, raça e classe estamos utilizando um conceito pensado por Kimberlé Crenshaw para compreender a existência de múltiplas opressões que se entrecruzam mutuamente. Para a autora, a “interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (2002, p. 177). Inicialmente trataremos da intersecção entre raça e gênero para identificar os discursos generificados produzidos pelo sistema colonial no Brasil e América Latina.

Para entender o Brasil a partir desse contexto, é essencial compreender sua construção social não apenas através da “história oficial”, frequentemente elaborada para alinhar o pensamento social brasileiro aos moldes europeus, mas também pelo reconhecimento da colonialidade em sua base formativa. Isso implica em investigar o histórico de violência colonial que visava dizimar pessoas, culturas e conhecimentos com o objetivo de impor domínio.

Cida Bento nos ajuda a pensar os impactos desse período histórico para a formação brasileira ao mencionar a influente herança colonial na história do país. Para a autora, “trata-se da herança inscrita na subjetividade do coletivo, mas que não é reconhecida publicamente” (2022, p. 24). Ou seja, age como um pacto, um contrato subjetivo que não é verbalizado, mas que é mantido entre os detentores da branquitude, o outro branco possuidor de privilégios de cor, o que Cida Bento apresenta como “pacto narcísico”.

Citar o “Pacto da Branquitude” (2004) de Cida Bento é importante para compreender que os discursos raciais e de gênero presentes na estrutura brasileira se entrecruzam, e fazem parte de uma herança colonial silenciosa, que se perpetua pela prática do poder, pela falsa ideia de “mérito”, quando na verdade há uma estratégia colonial de manutenção das classificações hegemônicas e hierárquicas criadas pelo sistema colonial para favorecer um grupo em detrimento de outros.

A maneira como dividimos os gêneros em apenas dois: feminino e masculino, com suas características fixas, vem de um conhecimento eurocêntrico. Esse conhecimento, baseado na biologia, classifica as atividades e conhecimentos das pessoas. A partir de Anibal Quijano,

percebemos o pensamento colonial que coloca a Europa como a principal fonte de conhecimento e cultura. Juntamente com as divisões dicotômicas entre colonizadores e colonizados, a noção de raça e as distinções biológicas resultaram em discursos que promoviam a ideia de inferioridade natural entre grupos diferentes (Quijano, 2005).

Para a pesquisadora Nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí “na sociedade iorubá pré-colonial, o tipo de corpo não era a base da hierarquia social: machos e fêmeas não eram estratificados de acordo com a distinção anatômica (2021, p. 26). Oyěwùmí nos apresenta uma sociedade iorubá pré-colonial em que a ordem social fazia uso de conhecimentos diferentes para a própria organização, não tinha como pressuposto o ideal de gênero, diferente da organização ocidental que supõe a biologia do sexo como a base para a classificação social (Oyěwùmí, 2021).

Apesar de Michel Foucault não ter escrito diretamente sobre gênero, podemos entender essa questão à luz de suas ideias sobre poder. Para Foucault, o poder é uma rede complexa de relações de força em constante mudança. Essas relações se transformam ao longo do tempo, apoiando-se ou contradizendo-se umas às outras (Foucault, 1979). As estratégias de poder que criam estereótipos de gênero têm origens nessas relações e se manifestam em governos, leis e na vida cotidiana, assim como na escola.

A relação que Foucault estabelece entre poder e resistência destaca um ponto crucial sobre a manutenção do poder em contextos de constante luta social por parte dos grupos discriminados. Além disso, ao discutir poder e discurso na obra “História da Sexualidade”, é importante reconhecer que as pessoas não são passivas em relação ao que é imposto. Por esta razão a colonialidade opera na intersubjetividade de maneira silenciosa e através de discursos que nem sempre são diretos. Foucault nos apresenta uma explicação fundamental para compreender esta dinâmica:

[...] não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes. [...] Os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas, também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras (Foucault, 1988 p.96).

Edgardo Lander, sociólogo venezuelano e estudioso das temáticas relacionadas a colonialidade, nos ajuda a pensar o cenário colonial no Brasil através do contexto histórico que o engloba na América Latina. Para o autor, com o início do sistema colonial nas Américas, não só se organiza o mundo a partir de tal parâmetro, mas também se estabelece a construção colonial dos saberes, línguas, memória e imaginário (Lander, 2005).

É neste contexto que é possível perceber a colonialidade nas relações interpessoais, no agir e pensar de brasileiros, porque mesmo que a origem dessas marcas não seja percebida superficialmente ou através de um olhar rápido e pouco crítico, ainda assim possuem grande profundidade na formação das pessoas. Por isso mesmo escolhemos utilizar o termo “raízes” como analogia para compreender a maneira em que os discursos coloniais foram “plantados” e estão introjetados na construção do pensamento da população brasileira.

A partir desta discussão algumas questões podem vir à tona, exemplo seria as formas discursivas presentes no cotidiano da Educação Infantil que podem ter influência do sistema colonial. Lélia Gonzales, importante intelectual brasileira, nos ajuda a compreender esta questão quando menciona a utilização dos meios de comunicação de massa e os aparatos ideológicos tradicionais para reprodução e perpetuação da crença na universalização de valores e da cultura ocidental branca como únicos e verdadeiros (Gonzalez, 2020).

Ao olharmos para a história do Brasil, fica aparente que durante o período colonial, a Europa procurava controlar outras culturas e povos em nome do "progresso", mas na verdade era apenas uma forma de exercer domínio. A criação de termos e categorias para diferenciar as pessoas, incluindo suas características físicas e nacionalidades, servia a esse objetivo de dominação, e isso continua alimentando discursos discriminatórios até hoje.

3 DISCURSOS DE GÊNERO NA ESCOLA?

As classificações hierárquicas estabelecidas pelo sistema colonial no Brasil influenciam muito a maneira como vemos o mundo. Elas definem regras e símbolos que moldam nossa forma de pensar e agir, ocorrendo muitas vezes de maneira sutil. Isso acontece, por exemplo, na escola, onde as crianças são separadas em grupos de meninos e meninas e são encorajadas a brincar com brinquedos específicos de cada gênero, como bonecas e

carrinhos. Além disso, são reforçados estereótipos de comportamento, como a ideia de que meninos devem ser agitados e meninas mais calmas. Embora essas práticas possam parecer simples, elas têm um grande impacto na formação da identidade e na justiça social.

Os símbolos que a escola como importante instituição socializadora reproduz nas mentes das crianças, muitas vezes de maneira sutil e não imediatamente perceptível, ganham força à medida que essas crianças crescem e se desenvolvem. Mais tarde, quando se tornam adultos, é provável que reproduzam aquilo que absorveram desde a infância. Nesse contexto, surge uma pergunta crucial: como esses discursos binários, profundamente influenciados pela herança colonial, impactam as crianças em todo o país que não se identificam com os papéis que lhes são impostos? Está é uma questão importante ao falarmos sobre o respeito a diversidade e ao direito de ser deste a infância, a escola é tanto lugar de aprendizagem quanto de acolhimento.

A escola, como uma instituição social, é um espaço fundamental onde as normas culturais são tanto produzidas quanto reproduzidas. Ela reflete a estrutura social, política e econômica em que está inserida, desempenhando um papel crucial na formação das identidades e na perpetuação de valores e normas sociais. É nesse contexto que os discursos de gênero são moldados e transmitidos, influenciando profundamente a maneira como as crianças compreendem e vivenciam seu próprio gênero e o dos outros.

Para compreender os discursos de gênero na América Latina contemporânea, é essencial situar o estudo nesse contexto social específico. A escola não apenas espelha as dinâmicas sociais existentes, mas também contribui para a construção e a reforço desses discursos. A análise das práticas pedagógicas e dos currículos educacionais revela como as normas de gênero são ensinadas e reforçadas desde a infância, impactando diretamente as identidades de gênero das crianças.

Nessa linha de pensamento, autoras como Guacira Lopes Louro oferecem uma perspectiva crítica sobre a educação e a construção das identidades de gênero. Louro enfatiza a necessidade de desnaturalizar as normas de gênero e de considerar o impacto das práticas educacionais na formação das identidades. Ela argumenta que a educação pode tanto reproduzir quanto desafiar as normas culturais vigentes (Louro, 1997).

Além disso, a obra de Maria Carmen Silveira pode ser relevante para entender a educação infantil sob a ótica das desigualdades de gênero. Silveira analisa como as práticas

pedagógicas muitas vezes perpetuam estereótipos de gênero e como essas práticas podem ser transformadas para promover uma educação mais inclusiva e equitativa (Silveira, 2008). Ela argumenta que, para efetivamente promover a igualdade de gênero, é necessário um exame crítico das práticas educativas e uma reavaliação dos currículos escolares.

A contribuição de Paulo Freire também é significativa nesse contexto. Em seu trabalho, Freire discute como a pedagogia crítica pode ser utilizada para desafiar as normas estabelecidas e promover um ambiente educacional que respeite e valorize a diversidade de gênero. Ela defende que a educação deve ser um espaço de questionamento e transformação das estruturas sociais opressivas (Freire, 1996).

A compreensão dos discursos de gênero na América Latina, portanto, requer uma análise atenta de como as instituições educacionais, como a escola, participam da construção e manutenção desses discursos. Identificar quais discursos dominantes influenciam os interlocutores da pesquisa e como a produção desses discursos afeta as identidades de gênero é crucial para promover práticas educativas que sejam mais sensíveis com relação a estes aspectos.

Quando menciono Cida Bento ao discutir o pacto narcísico da branquitude, noto um paralelo com a binarização dos gêneros, que funciona como uma espécie de “contrato patriarcal”. Nesse sentido, a figura do homem branco cisheteronormativo é associada a uma posição de poder que, embora invisível, está presente em diversas interações sociais. Não falo aqui da figura do colono branco e europeu criada no imaginário cultural, falo sim da sua perpetuação através dos discursos mantidos pela colonialidade. Por isso, Lélia Gonzalez aborda a sutileza violenta do racismo na América Latina da seguinte forma:

[...] o racismo latino-americano é sofisticado o suficiente para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento, tão bem analisada pelos cientistas brasileiros (Gonzalez, 2020, p. 143).

Esses discursos também asseguram privilégios históricos ao reforçar a crença na superioridade biológica entre os sexos, uma crença que se mantém pela naturalização de estereótipos do que foi e continua sendo condicionado como sendo masculino e feminino nesta lógica ocidental. Os discursos atuam construindo e mantendo normas sociais que restringem a diversidade de identidades de gênero. Eles não apenas reprimem, mas também produzem realidades sociais, influenciando a percepção e comportamento das pessoas.

Guacira Lopes Louro argumenta que o conceito de gênero, ao afirmar o caráter socialmente construído do feminino e do masculino, exige que aqueles que o utilizam considerem as distintas sociedades e momentos históricos envolvidos. Segundo Louro, “na medida em que o conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino, obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando” (Louro, 1997, p. 23). Isso destaca a necessidade de uma abordagem contextualizada ao analisar o gênero, reconhecendo que suas manifestações e significados variam conforme o tempo e o lugar.

Ao aplicar essa perspectiva ao Brasil, um país que passou por um violento e longo processo de colonização, torna-se crucial examinar as categorias de gênero, raça e classe como marcadores históricos. A colonização teve um impacto profundo e duradouro nas relações sociais e na estruturação das identidades, criando um legado de desigualdades que continua a influenciar a sociedade brasileira contemporânea. A compreensão de como essas categorias foram formadas e como interagem é fundamental para analisar não apenas as relações sociais passadas, mas também para entender as dinâmicas presentes.

Para aprofundar essa análise, é relevante considerar o trabalho de outros estudiosos que exploram o impacto da colonialidade e das desigualdades históricas. Por exemplo, Lélia Gonzalez, em sua análise sobre a América Latina, discute como a colonialidade continua a influenciar as relações de poder e a construção das identidades na região (Gonzalez, 1988).

Essas abordagens nos ajudam a entender como as categorias de gênero, raça e classe não são apenas construções teóricas, mas refletem processos históricos concretos que moldam as relações sociais de maneiras complexas e persistentes. Portanto, ao investigar a Educação Infantil e outras áreas da vida social, é essencial reconhecer e abordar esses marcadores históricos para promover uma compreensão mais profunda e crítica das dinâmicas atuais.

Ter conhecimento histórico sobre as raízes das desigualdades que afetam principalmente mulheres (cis ou trans) de maneira interseccional e localizadas, nos possibilita pensar a partir do conhecimento de si, e não do outro colonizador. Karla Akotirene, nos lembra que a “interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas” (Akotirene, 2019, p. 48). É necessário enxergar e estudar o todo a partir de quem vive a história e é perpassada por ela.

É fundamental desnaturalizar os discursos binarizados sobre gênero e reconhecer como a colonialidade moderna continua a perpetuar imposições sobre gênero, especialmente no contexto da Educação Infantil. A visão binária de gênero, que categoriza as pessoas estritamente como masculinas ou femininas, muitas vezes ignora a complexidade das identidades de gênero e reforça normas rígidas que podem limitar o desenvolvimento das crianças e sustentar desigualdades de poder.

Sabemos que as crianças não são passivas durante o processo de aprendizado. Ao contrário, elas são ativas na construção de seu conhecimento e compreensão do mundo ao seu redor. O processo de aprendizagem exige uma comunicação de saberes entre todas as pessoas envolvidas, promovendo um ambiente educativo dinâmico e interativo. Paulo Freire, em sua obra "Pedagogia do Oprimido" (1996), nos apresenta uma visão crítica sobre esse processo. Freire argumenta que ensinar não é apenas transmitir conhecimento de um indivíduo para outro, mas sim abrir caminhos para que as pessoas possam criar e construir seu próprio entendimento. Ele enfatiza que a educação deve ser um diálogo constante, onde professores e alunos colaboram na construção do conhecimento e no desenvolvimento crítico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi produzido através da jornada de pesquisa para elaboração de uma dissertação e tem por intuito inicial problematizar a estrutura educacional brasileira a partir do recorte entre gênero, colonialidade e educação infantil. Nosso interesse é compreender como foram estabelecidas as "verdades" que influenciam a formação da população no país. Entendendo que os saberes não são neutros, é importante investigar suas origens e intenções. É por isso que a educação infantil é considerada um terreno crucial e significativo para a construção da base educacional brasileira, pois desempenha um papel fundamental na formação das identidades durante um período importante de desenvolvimento.

Assim, esta pesquisa demonstra como a influência do sistema colonial continua a moldar e perpetuar os discursos de gênero na educação infantil brasileira. Ao adotar uma abordagem decolonial, a pesquisa revelou que os estereótipos de gênero presentes na formação das identidades das crianças são profundamente enraizados em discursos históricos que datam do período colonial. Esses discursos, que se manifestam tanto de forma explícita

quanto implícita, moldam as percepções e expectativas sobre masculinidade e feminilidade desde a infância.

A análise qualitativa, a partir de pesquisa bibliográfica, destacou a importância de questionar e desconstruir essas normas de gênero que estão continuamente sendo estabelecidas e naturalizadas ao longo do tempo. Conforme apontado por Louro (1997), as categorias de gênero não são universais nem imutáveis, mas sim construídas socialmente e historicamente.

Isso reforça a importância da abordagem decolonial para a compreensão da formação brasileira, uma vez que é fundamental que se conheça as raízes histórias que sustentam a estrutura operante no cotidiano, no trabalho, nas relações sociais, e porque não na escola? Além disso, a perspectiva decolonial nos permite enxergar e desafiar ativamente as desigualdades e estereótipos de gênero, raça e classe perpetuados por heranças coloniais.

Para tanto, a pesquisa também se alinhou com as perspectivas de autores como Guacira Lopes Louro (1996), Paulo Freire (1996) e Maria Carmem Silveira (2008) que enfatizam a importância de uma educação crítica, dialógica e inclusiva. A partir deste estudo, compreendemos o quanto a abordagem decolonial se faz necessária para a promoção de práticas pedagógicas que respeitem e valorizem a diversidade de identidades de gênero, e o quanto é fundamental reconhecer sua intersecção entre outras categorias presentes nas relações sociais como raça e classe. Essas práticas devem ser baseadas na compreensão crítica das raízes históricas dos discursos de gênero, permitindo assim um desenvolvimento mais equitativo e respeitoso das crianças.

Portanto, para avançar em direção a uma educação infantil que realmente dialogue com a diversidade e promova a equidade, é fundamental implementar estratégias pedagógicas que desafiem e transformem os estereótipos de gênero arraigados nos discursos produzidos pela colonialidade, sendo este movimento possível a partir da decolonialidade como abordagem epistemológica de resistência.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.

BALESTRIN, Luciana. **América Latina e giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, 2013, n. 11, p. 89-117.

BENTO, Cida. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro. In LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Coleção Sur Sur, Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 80-87.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, [s.l.], v. 10, n. 1, p.171-188, jan. 2002.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Vol. 1: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONZALEZ, Lélia. A subalternação da mulher na América Latina. In: **Racismo e Sexismo**. São Paulo: Editora Cortez, 1988.

_____. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**. Organização: Flávia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas, CLACSO. Buenos Aires, Argentina. Set. 2005.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e Sexualidade: o que é?**. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.

LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo descolonial**. Estudos Feministas, Florianópolis, 2014

_____. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar: 2020. p. 52-83.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: Edgardo Lander (ed.). **La colonialidad del saber**. Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, CLACSO. 2000.

_____. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, 2005.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial**: fuentes, conceptos y cuestionamientos. Colombia: Ed. Universidad del Cauca, Popayán: 2012.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

SILVEIRA, Maria Carmen. **Educação Infantil e Diversidade**: Desafios e Possibilidades. São Paulo: Editora Cortez, 2008.